

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 3, jan/jun 2000, p.340-345

VIOLÊNCIA EM TEMPO DE GLOBALIZAÇÃO.

TAVARES DOS SANTOS, J.V. (org) et alli. São Paulo, HUCITEC, 1999.

IVALDO GEHLEN

Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS



violência tanto no ambiente citadino quanto rural se apresenta crescentemente como fato cotidiano ("fait divers"), despertando o interesse das pessoas por curiosidade, por motivos de condolências, por solidariedade ou por medo. Os poderes judiciário, executivo e legislativo se (pre)ocupam mais com seus efeitos e repercussões do que por suas causas sociais e culturais e em assumir as responsabilidades pelo controle. Esta condição precária da violência explica, ao menos em parte, a sua constituição numa nova temática de estudos e análises das Ciências Sociais, particularmente da Sociologia. Sua afirmação como conhecimento aplicado contribui para superar a abordagem conservadora que considera a violência como manifestação de anomia social, instituindo-a como parte das abordagens das relações sociais num campo de conflitos e desigualdades.

Parte-se do pressuposto de que as relações sociais se operam num campo de poder e dinamizado por relações de conflitos. Toda violência envolve dolo físico, moral, simbólico e/ou psíquico e se referencia à uma instância inegociável "vis a vis" do outro envolvido nesta relação. Por isto,

nesta perspectiva, é sempre política e perpassa todo o social. Os que estão mais distante do poder vivenciam mais fortemente os impactos do “mundo da violência”, constituindo ela parte de seu cotidiano. Através da violência (praticada ou reprimida) interagem na esfera pública ou seja frente aos outros, ao poder público e às demais instituições, se fazendo assim notar, incluir-se de qualquer maneira. A violência atinge a todos, porém seus efeitos e reações são diferenciados segundo o lugar que seus interlocutores ocupam na estrutura social.

Para o analista social, portanto, a violência é tratada como constituinte e legitimadora de uma sociedade desigual, que não consegue conviver com as diferenças servindo assim de mecanismo de exclusão/inclusão e de dominação/subordinação. As classes subalternas, incorporando os padrões definidos como parâmetros de violência, que possibilitam seu reconhecimento, nas relações sociais, a aceitam como necessária, acostumados à enfrentar um Estado que se lhes apresenta como repressor, têm dificuldade de vislumbrar a cidadania, fora dos padrões sociais dominantes que os estigmatizam e excluem. Na história brasileira, a violência fez parte do cotidiano, principalmente aquela dirigida contra os que, pertencentes aos grupos e classes dominadas, se rebelaram ou se entricheiram na defensiva.

Nas décadas recentes, a noção de violência muda de significado. Vista como parte do cotidiano, deixa de ser mero instrumento de afirmação de poder, de destruição de alguém indesejado ou de uma “lição de disciplina” para revestir-se - aos poucos - de caráter defensivo/agressivo face o outro, de ação/reação de desespero, de agressão preventiva, gerando assim sua outra face, a do medo. Medo da violência. Medo que adquire dimensões potencializadas pela sua crescente visibilidade e pelo crescimento das práticas violentas. A visibilidade e o recrudescimento reconstroem no imaginário coletivo seu caráter de crueldade e de fatalidade. Para muitos não

significa apenas o impacto trágico ou, mesmo, o fim trágico de uma pessoa qualquer ou de um militante ou de uma autoridade ou de um trabalhador, mas a inviabilização de um sonho, de um projeto, de um combate que atinge uma família, uma instituição, um movimento social, um modo de vida. Um impacto trágico, real e simbólico que move parcelas da sociedade a se associarem a criarem novas formas de organização de agressores e de sofrendores, novas estratégias de ações, sejam públicas ou privadas, legais ou clandestinas. Por isso apresenta-se como político-social e institucional.

Outras parcelas, porém, se incrustam na passividade, principalmente vítimas reais ou potenciais, desencorajadas refugiam-se na inércia no aguardo da ação das instituições. Postura que produz efeito oposto ao esperado, liberando quem a exerce, a agir com crescente agressividade. Mesmo admitindo o direito à defesa, uma falsa idéia de submissão à lei e à autoridade ou a valores de uma cultura religiosa ou mítica, pode estar na origem da passividade inercial.

Contribui para esta situação a fragilidade do sistema judiciário brasileiro e as condições gerais de democracia, as quais não constituem garantia de cidadania plena a todos. Os cargos no poder judiciário e nos demais poderes, majoritariamente são exercidos pelas classes dominantes, de maneira que as elites tradicionais tenham representatividade muito superior à sua expressão real. A cumplicidade do poder judiciário com as causas geradoras da violência, seja por laxismo, seja por interpretação deformada do direito civil, seja ainda pela parcialidade e insensibilidade diante dos problemas e contradições sociais, revelam seu encrustamento corporativo e envelhecido.

A preocupação em centrar a questão da conflitualidade e da violência para analisar a realidade brasileira, e dar uma panorâmica do debate

recente sobre o tema, pelo bico da pena de alguns de seus mentores, é a proposta do livro *Violência em Tempo de Globalização*. Além deste pressuposto está também na concepção do livro, a constatação de que o debate sobre a questão até recentemente privilegiada em outros “espaços” como nas ONGs e no interior dos movimentos sociais, incorporou-se ao debate acadêmico e à opinião pública através da mídia.

A coletânea presta reconhecimento aos autores, que estão construindo, pelas suas pesquisas e reflexões, um paradigma analítico que contribui com a acumulação de saberes e com a formação de opiniões a respeito, do tema. Saberes e opiniões necessários para a formulação e a implementação de políticas específicas. A preocupação em colecionar diversidade e heterogeneidade do debate revela um esforço de aproximar a representação intelectual à própria realidade. O pensamento acadêmico, mesmo o da esquerda, carrega como dívida social a ser resgatada sua histórica incapacidade de incluir no miolo da produção teórica importantes segmentos sociais, também criadores do social, do capital econômico e simbólico (cultural) da nossa sociedade. Isto possibilita resgatar a realidade com sua dinâmica inovadora de formas sociais, culturais e de valores diversos. Este é um dos méritos, justamente com o da inclusão de novos segmentos sociais na pesquisa acadêmica, na apropriação, pela sociologia, da violência e da conflitualidade.

Por isso o livro *Violência em Tempos de Globalização* (570 p.), organizado pelo professor José Vicente Tavares dos Santos, coordenador do Núcleo de Estudos sobre Violência, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, se reveste de importância acadêmica e cumpre função social. Reunindo autores cujos trabalhos que se prestam tanto para uso individualizados quanto para uma (re)leitura da questão temática. Está

estruturado em cinco partes.

A primeira parte *Globalização e violência* define a construção do campo científico e as diferentes abordagens sobre o tema, reiterando a sua estruturação conceitual e a construção de tipologias no contexto do debate sobre globalização. Reúne textos de Octávio Ianni, Sérgio Adorno & Nancy Cardia, Alba Zaluar, Celi R. J. Pinto, Renato P. Saul, Sônia M.G. Larangeira, Heleieth I. B. Saffioti, Glória Diógenes e Rosimeri A. da Silva. No dizer do Organizador "estes estudos possibilitam detalhar a relação entre o processo da globalização e a produção de novas formas de violência, expressas pelo crime organizado, na violência doméstica ou nas práticas dos grupos de jovens, em um contexto de precarização das relações de trabalho, o que vem a indicar as limitações do sujeito político neste final de século".

Na parte dois: *Violência na América Latina*, os autores Juan S. Pegoraro, Doris Cooper Mayr, Rafael Paternain, Rafael Bayce, retratam leituras e situações de conflitualidade e violência em países latinoamericanos. Situações que cunham um paradigma da insegurança, desencadeador de controle social pela repressão e punição, de sentimento de insegurança em tempos e em consequência da globalização sob a égide de políticas neoliberais.

A terceira parte: a *Continuidade da Violência Agrária* aborda diversas faces, no tempo e no espaço, da violência no meio rural, cuja centralidade continua sendo a terra e sua disputa. Violência gerada pela truculência dos latifundiários nos conflitos de luta pela terra, pela parcialidade do Estado, pela criminalização de ações políticas, etc. A conflitualidade cotidiana neste meio revela o dilaceramento da cidadania dos grupos sociais reivindicativos, bem como, no seu reverso, desvenda o vigor social destas ações. Sua legitimação é atribuída pela sociedade pois elas são de interesse para a democracia. Os artigos desta unidade são de Giralda Seyferth, Aloísio

Ruscheinsky, Maria A. M. Silva, Bernardo M. Fernandes e Ivo Poletto.

Na parte quatro sobre a *Violência e o Campo Jurídico*, os autores Elizabeth Cancelli, César Barreira e Lênio L. Streck analisam a Ordem Jurídica do Direito Positivo, perversamente neutra e que converte seus executores (juízes) em técnicos. Tanto as elites que recorrem à pistolagem e outras formas de justiça com as próprias mãos, quanto os dominados que reagem e se organizam para tomarem iniciativas de ação/reação, rompem com esta concepção de criminologia positiva, desviando-se da "ordem vigente". Estão postas as condições para repensar o direito normativo da criminologia.

Na quinta parte: *Instituições Prisionais e Manicômios*, os textos de: Tânia M. G. Fonseca, Juan M. M. Fandiño & Letícia M. Schabbach & Cláudia Tirelli & Aida Griza, Paulo O. Teitelbaum & Otávio P. de Oliveira, Luís C. Osório e Dani Rudnicki, analisam as instituições responsáveis pela acolhida e recuperação dos que praticam ações de violência criminalizadas. Tratando de situações e casos do Rio Grande do Sul, as análises indicam, no dizer do organizador, a necessidade de que essas instituições de controle social sejam mais estudadas com abordagens críticas.

Uma pergunta parece evidente ao abordar esta temática: o que fazer para modificar o panorama de medo, de autoaprisionamento resultante da crescente espiral de violência? No momento as respostas ou alternativas se apresentam tão numerosas quanto os problemas, pois não há ainda consensos construídos. Uma pré condição parece evidente, a cooperação entre Estado, organizações civis e os cidadãos para reverter a possibilidade de que a violência cotidiana se afirme como estratégica ou alternativa para a transformação nas relações sociais, e, ao mesmo tempo eliminar as causas sociais, econômicas e culturais que lhe atribuem tal caráter.